

## A BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE: LEITURA, INSTRUÇÃO POPULAR E CONSTRUÇÃO SOCIAL NO BRASIL ENTRE 1925 E 2025

## THE MÁRIO DE ANDRADE LIBRARY: READING, POPULAR EDUCATION AND SOCIAL CONSTRUCTION IN BRAZIL BETWEEN 1925 AND 2025

## LA BIBLIOTECA MARIO DE ANDRADE: LECTURA, EDUCACIÓN POPULAR Y CONSTRUCCIÓN SOCIAL EN BRASIL ENTRE 1925 Y 2025

MARTINS, Rodrigo Nóbrega

<https://orcid.org/0000-0001-8930-610X>

EEMTI ESTADO DA BAHIA

### Resumo

O artigo analisa a trajetória da Biblioteca Mário de Andrade (BMA), desde sua fundação em 1925 até os dias atuais, investigando seu papel na democratização do acesso ao conhecimento e na formação intelectual da população paulistana e brasileira. Por meio de pesquisa documental e revisão bibliográfica, examina-se como a instituição evoluiu de uma biblioteca municipal tradicional para um centro cultural dinâmico, promovendo a leitura como instrumento de emancipação social e construção cidadã. O estudo demonstra que a BMA, sob influência do ideário modernista e da gestão de intelectuais, consolidou-se como espaço fundamental para a formação de uma consciência crítica e o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Palavras-chave: biblioteca pública; leitura; educação popular; cultura.

### Abstract

This article analyzes the trajectory of the Mário de Andrade Library (BMA), from its founding in 1925 to the present day, investigating its role in democratizing access to knowledge and the intellectual development of the people of São Paulo and Brazil. Through documentary research and a bibliographic review, the article examines how the institution evolved from a traditional municipal library to a dynamic cultural center, promoting reading as an instrument of social emancipation and civic development. The study demonstrates that the BMA, influenced by modernist ideology and the leadership of intellectuals, has established itself as a fundamental space for the formation of critical consciousness and the development of a more democratic and egalitarian society.

Keywords: public library; reading; popular education; culture.

### Resumen

Este artículo analiza la trayectoria de la Biblioteca Mário de Andrade (BMA), desde su fundación en 1925 hasta la actualidad, investigando su papel en la democratización del acceso al conocimiento y el desarrollo intelectual de la población paulista y brasileña. A través de una investigación documental y una revisión bibliográfica, el artículo examina cómo la institución evolucionó de una biblioteca municipal tradicional a un centro cultural dinámico, promoviendo la lectura como instrumento de emancipación social y desarrollo cívico. El estudio demuestra que la BMA, influenciada por la ideología modernista y el liderazgo de intelectuales, se ha consolidado como un espacio fundamental para la formación de la conciencia crítica y el desarrollo de una sociedad más democrática e igualitaria.

Palabras clave: biblioteca pública; lectura; educación popular; cultura.

## 1 INTRODUÇÃO

*Ab initio*, é de suma importância considerar que a leitura constitui um dos pilares da formação humana e do desenvolvimento social. Nesse contexto, as bibliotecas públicas representam muito mais do que simples repositórios de livros - são pilares da democracia e da equidade social. Mesmo em uma era dominada pela

---

tecnologia digital e pela portabilidade dos serviços instrucionais, essas instituições mantêm sua relevância como espaços essenciais para o desenvolvimento humano e comunitário.

Neste sentido, o acesso gratuito à informação e ao conhecimento constitui o fundamento mais básico das bibliotecas públicas. Elas democratizam o saber ao oferecer a todos, independentemente da condição socioeconômica, a oportunidade de consultar livros, periódicos, recursos digitais e bases de dados que, de outra forma, poderiam ser inacessíveis a considerável parte da população. Essa função torna-se ainda mais crucial em tempos de crescente desigualdade, nos quais o custo de livros, de assinaturas físicas ou virtuais e o acesso ao conhecimento, de modo geral, pode representar uma barreira significativa para muitas famílias.

Isto porque, além do acesso aos materiais, as bibliotecas públicas funcionam como centros de inclusão digital. Muitas pessoas encontram ali oportunidade de usar computadores e acessar a internet de modo significativo, desenvolvendo habilidades digitais fundamentais para o mundo contemporâneo. Os programas de alfabetização digital oferecidos por essas instituições capacitam cidadãos de todas as idades a navegar no ambiente tecnológico atual.

O aspecto social das bibliotecas merece destaque especial. Elas servem como espaços de convivência comunitária, oferecendo um ambiente seguro e acolhedor onde pessoas de diferentes origens podem se encontrar. Para muitos, especialmente idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social, a biblioteca representa um local de pertencimento e interação social essencial.

As bibliotecas também desempenham papel fundamental na educação continuada, oferecendo programas culturais, oficinas, palestras e atividades que estimulam o aprendizado ao longo da vida. Clubes de leitura, contação de histórias para crianças, cursos de idiomas e *workshops* diversos enriquecem a vida cultural das comunidades.

No contexto da preservação da memória local, as bibliotecas públicas mantêm arquivos históricos, jornais antigos, fotografias e documentos que contam a história das comunidades. Essa função de guarda da memória coletiva é de inestimável valor para pesquisadores e para a própria identidade cultural dos lugares.

Por fim, as bibliotecas públicas representam espaços de resistência em defesa da liberdade intelectual e do acesso livre à informação. Sobretudo, em tempos de polarização política e desinformação, elas se mantêm como instituições comprometidas com a pluralidade de ideias e o pensamento crítico.

Investir em bibliotecas públicas significa, pois, investir no futuro de uma sociedade mais justa, educada e democrática. Elas são, sem dúvida, um dos melhores exemplos de como os recursos públicos podem ser utilizados para o bem comum e o desenvolvimento coletivo. Nesse contexto, algumas bibliotecas destacam-se pela efervescência cultural que produzem e pela longevidade dos trabalhos que desenvolvem.

É o caso da Biblioteca Mário de Andrade, doravante denominada apenas BMA, que, inaugurada em 1925 na cidade de São Paulo, representa um marco na história das instituições culturais brasileiras. Sua trajetória centenária testemunhou e testemunha as transformações sociais, políticas e culturais pelas quais passou o Brasil, ao mesmo tempo em que contribui ativamente para a formação intelectual de milhões de cidadãos.

Partindo-se de tais pressupostos, exsurge o questionamento que norteia a presente pesquisa: quais são as reais contribuições da BMA para a sociedade paulistana e brasileira?

Objetiva de forma geral este artigo analisar as reais contribuições da BMA, para a sociedade paulistana e brasileira. De forma específica, elencam-se como objetivos menores: (1) traçar um resumo histórico, destacando os principais fundadores e/ou colaboradores ao longo da história da referida biblioteca; (2) verificar como se deram as políticas e diretrizes adotadas pela BMA durante os 21 anos da última ditadura militar pela qual passou o Brasil e (3) sumarizar as atividades da BMA, diante das demandas da era digital.

A hipótese inicial aponta no sentido de que a BMA ofereceu e oferece relevantes serviços não somente ao nível municipal, mas nacional, por meio de políticas, diretrizes, programas e campanhas culturais e/ou instrucionais que atendem a população de forma indistinta.

Trata-se o presente estudo de uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita a síntese de conhecimento disperso em pesquisas várias e a condensação de resultados de estudos significativos, conforme definição de Souza;

Silva; Carvalho (2010). Este tipo de revisão permite a combinação de dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, além de favorecer sobremaneira a análise de problemas metodológicos de um tópico particular, conforme orientam Whitemore; Knafl, (2005).

Para a elaboração desta revisão integrativa, foram seguidas as seis etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): 1) identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa; 2) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura; 3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5) interpretação dos resultados; e 6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

A questão norteadora foi elaborada utilizando a estratégia PICO (população, interesse, contexto), conforme recomenda Santos, Pimenta e Nobre (2007) para estudos qualitativos e revisões de literatura.

A busca dos estudos foi realizada no período de 01/2024 a 11/2024, nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da Capes, BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação), SciELO (Scientific Electronic Library Online). A escolha dessas bases justifica-se pela abrangência e relevância na área de formação leitora crítica.

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e qualitativa, permitindo a síntese dos principais achados e a identificação de lacunas do conhecimento. Os resultados foram apresentados de forma narrativa, organizados por categorias temáticas emergentes dos estudos incluídos, conforme sugere Bardin (2016).

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender as bibliotecas públicas como equipamentos culturais que podem funcionar como agentes de transformação social. Em um momento em que o Brasil enfrenta desafios relacionados à desinformação, ao analfabetismo funcional e à exclusão digital, a experiência da BMA oferece valiosos recursos sobre o potencial emancipatório da leitura e do acesso democratizado ao conhecimento.

Por se tratar de uma revisão de literatura com dados de domínio público, este estudo não necessitou de aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme

estabelecido pela Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

## 2 FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Não se pode tratar do surgimento da Biblioteca Mário de Andrade sem ao menos uma definição das dinâmicas da primeira fase - ou fase heroica - do Modernismo. O movimento modernista brasileiro, tendo um de seus ápices com a Semana de Arte Moderna, ocorrida de 13 a 17 de fevereiro de 1922, propunha uma renovação estética e cultural que incluía a democratização do acesso à cultura e a valorização da produção nacional, conforme assevera Bosi (2006). Destaca Lafetá (2000): o projeto estético desta fase não se dissociava de um projeto ideológico mais amplo de modernização e nacionalização da cultura. Cândido (2000) afirma tratar-se de uma estética renovadora que dialogava com as vanguardas europeias sem abandonar as particularidades brasileiras.

Neste contexto, Mário de Andrade, figura central deste movimento, desenvolveu um projeto cultural amplo que visava, entre outras iniciativas, à criação de instituições capazes de estudar, difundir e, por isso, preservar e valorizar a cultura brasileira. Em 25 de fevereiro de 1925, durante a administração de Firmiano de Moraes Pinto<sup>1</sup> como prefeito paulistano, foi oficialmente instituída a "Biblioteca Municipal de São Paulo". O acervo inicial era pertencente à Biblioteca da Câmara Municipal<sup>2</sup> e, por isso, pouco utilizado.

Devido aos trâmites burocráticos necessários, a instituição só seria aberta à comunidade em janeiro de 1926, em um casarão da rua Sete de Abril, no centro da cidade, com um acervo de aproximadamente quinze mil volumes.

Mas além do Modernismo, a criação da referida biblioteca também se deve ao processo de modernização urbana de São Paulo, que, por diversos meios, buscava equiparar-se a outras cidades, notadamente estrangeiras, por meio da criação e manutenção de instituições culturais condizentes com sua crescente importância

---

<sup>1</sup> Advogado e político brasileiro. Deputado federal e prefeito de São Paulo durante a República Velha, de 1920 a 1926, cumprindo dois mandatos (sendo reeleito nas eleições de 1922).

<sup>2</sup> As Câmaras Municipais foram órgãos de governo local no Brasil colônia e império, que se estenderam até a fase republicana e eram responsáveis pela administração das vilas e cidades, com funções como cobrança de impostos, manutenção de obras públicas, fiscalização da limpeza e do abastecimento, e a administração da justiça local. Não eram órgãos que acolhiam ao povo, mas atendiam a uma minoria.

econômica e demográfica. Needell (1993), em seu conceito de "civilização tropical", subsidia a assertiva ao ressaltar a reforma cultural da cidade de São Paulo.

Neste contexto, deve-se considerar que a capital paulista vivia os auspícios da *Belle Époque* brasileira, que se estendeu, aproximadamente, de 1870 até a Semana de Arte Moderna de 1922, e foi marcada por um período de cultura cosmopolita e intensas mudanças nas artes, na cultura, na tecnologia e na política, conforme esclarece Sevcenko (2014). Em São Paulo, esse movimento adquiriu características particulares, impulsionado pelo crescimento econômico decorrente da economia cafeeira e pelo processo de industrialização nascente.

Durante este período, a capital paulista passou por transformações urbanas significativas, sendo alvo de um "dinâmico intento de modernização" que alterou substancialmente sua paisagem, tanto na área central quanto nos arrabaldes, segundo assevera Campos (2002). Para Toledo (2003), as reformas urbanas implementadas por figuras como Antônio da Silva Prado (prefeito de São Paulo de 1899 a 1911), o Barão de Duprat (vereador de 1911 a 1914) e Washington Luís (prefeito paulistano de 1914 a 1919 e se tornaria presidente da República), buscavam alinhar São Paulo aos padrões europeus de modernidade, especialmente aqueles emanados de Paris, considerada então o epicentro cultural mundial.

O ideal cosmopolita que norteou a *Belle Époque* paulista encontrou na Biblioteca Mário de Andrade um de seus mais expressivos símbolos. Consoante os postulados de Duarte (1985), ao fundar uma biblioteca pública de grande porte, as autoridades municipais não apenas respondiam às necessidades práticas de uma população urbana em crescimento, mas também afirmavam a inserção de São Paulo no circuito internacional das cidades modernas e cultas.

A criação da Biblioteca Mário de Andrade deve ser compreendida, portanto, como uma junção de interesses dos modernistas aos interesses da elite cafeeira em função de um projeto modernizador para a cidade de São Paulo. Esses desejos unidos encontraram na biblioteca pública um instrumento privilegiado de afirmação cultural e simbólica.

### **3 PRIMEIROS ANOS (1925 - 1934)**

No período entre 1925 e 1934, a biblioteca caracterizou-se pela gradual expansão do acervo e por um certo grau de profissionalização dos serviços

oferecidos. Nestes primeiros anos, a então Biblioteca Municipal de São Paulo<sup>3</sup> desenvolvia fundamentalmente atividades de consulta e empréstimo de livros, seguindo os padrões bibliotécnicos da época.

A instituição atendia principalmente os membros das camadas médias urbanas em formação na cidade de São Paulo. O acesso do público, mesmo em seu período incipiente, pode ser considerado volumoso. Tal se deu, entre outros motivos, porque a localização da biblioteca na Rua 7 de Abril facilitava o acesso de estudantes, profissionais liberais e intelectuais que frequentavam o centro da cidade.

Importante salientar que o prestígio social e cultural dos intelectuais envolvidos no nascimento desta instituição foi fator preponderante que conferiu à biblioteca recém-criada um *status* diferenciado que transcendeu sua função meramente informacional, transformando-a em um espaço de distinção social e legitimação cultural.

Esta configuração intelectual de alto nível comprometida com a criação da instituição produziu um fenômeno social particular: a biblioteca tornou-se não apenas um espaço de consulta e empréstimo de livros, mas um local de distinção social. Frequentá-la significava participar de um círculo cultural privilegiado. Para Schwartzman; Bomeny; Costa (2000), em uma época em que o número de leitores no Brasil ainda era bastante reduzido – reflexo dos altos índices de analfabetismo e da limitada difusão da educação formal – a associação com nomes tão respeitados da intelectualidade nacional conferia aos usuários da biblioteca uma espécie de "*status* de celebridade cultural" por procuração.

Nesse sentido, não descabe considerar que o prestígio dos fundadores funcionou como um poderoso mecanismo de atração e legitimação, criando uma espécie de círculo virtuoso informal, mas com bastante força de atração e validação. A biblioteca atraía usuários não apenas pela qualidade de seu acervo, mas pelo capital simbólico associado ao ato de frequentá-la. Estar na biblioteca significava, simbolicamente, partilhar do mesmo espaço intelectual ocupado por Mário de Andrade e seus pares, o que conferia distinção social em uma sociedade ainda fortemente hierarquizada e com limitado acesso à cultura erudita, conforme salienta Duarte (1985).

---

<sup>3</sup> A biblioteca Mário de Andrade chamava-se antes Biblioteca Municipal de São Paulo.

Este fenômeno contribuiu decisivamente para a alta frequência de usuários que a biblioteca registrou desde seus primeiros anos de funcionamento, mesmo em um contexto nacional de baixos índices de leitura. O "efeito celebridade" gerado pela participação dos intelectuais modernistas transformou gradualmente a biblioteca em um espaço de sociabilidade cultural diferenciado, onde a busca pelo saber se mesclava com a aspiração ao reconhecimento social e à legitimação cultural.

A estratégia revelou-se particularmente eficaz na São Paulo da década de 1920, cidade em plena expansão econômica e cultural, onde as elites emergentes buscavam formas de distinção social que transcendessem o mero poder econômico. A biblioteca, com seu prestígio intelectual, oferecia precisamente essa possibilidade de distinção por meio da cultura, estabelecendo-se como um dos principais centros irradiadores da vida cultural paulistana.

#### **4 A ADMINISTRAÇÃO DE RUBENS BORBA DE MORAIS (1935-1943)**

O segundo diretor da BMA foi Rubens Borba de Moraes<sup>4</sup>. Sua gestão à frente da biblioteca foi muito ajudada porque em 1934, Fábio da Silva Prado<sup>5</sup> assumiu a prefeitura de São Paulo. Durante o pleito administrativo de Moraes, que se prolongou até 1938, a instituição passou por um processo de consolidação e padronização. Esse desenvolvimento foi significativamente impulsionado pela fundação do Departamento de Cultura da Municipalidade Paulistana em 1935, que posteriormente se tornaria a Secretaria Municipal de Cultura.

O Departamento de Cultura da Municipalidade Paulistana foi criado por meio do Ato n.º 861. Teve como primeiro diretor o escritor Mário de Andrade. Esta institucionalização formal marcou o reconhecimento oficial da importância das políticas culturais no âmbito municipal.

Foi devido à ação deste órgão e dos trabalhos de Mário de Andrade à frente dele, que se efetivou a proposta de robustecer a Biblioteca Municipal como centro de preservação de toda a documentação histórico-cultural da cidade de São Paulo.

#### **5 A MUDANÇA DE ENDEREÇO**

---

<sup>4</sup> Rubens Borba de Moraes foi um bibliotecário, bibliógrafo, bibliófilo, historiador, pesquisador brasileiro e separatista paulista, fundador do jornal O Separatista, que defendia a independência do estado de São Paulo em 1932.

<sup>5</sup> Fábio da Silva Prado foi um político e engenheiro brasileiro, prefeito do município de São Paulo entre 07 de setembro de 1934 e 31 de janeiro de 1938.



Em 1942 ocorre a mudança da biblioteca para a Rua da Consolação. É claro que o novo endereço oferecia melhor estrutura. A primeira sede, na rua 07 de abril, enfrentava limitações espaciais que comprometiam, em certo grau, sua função social proposta pela instituição. Entretanto, esta mudança de endereço significou muito mais que uma realocação física. Foi um marco fundamental na otimização do próprio acervo, que “sofria” nas antigas instalações.

Por outro lado, a escolha da Rua da Consolação não foi aleatória. Como observa Raffaini (2001), tratava-se de uma região em plena expansão, que conectava o centro histórico aos bairros emergentes, simbolizando a própria expansão da cidade e, metaforicamente, a democratização do conhecimento. A autora enfatiza que a biblioteca deixava de ser um espaço elitista para se tornar equipamento cultural acessível às camadas médias urbanas em crescimento.

Ademais, o edifício erigido segundo os padrões *art déco* projetado por Jacques Pilon incorporava concepções arquitetônicas modernas que refletiam novas práticas bibliotecárias. Abdanur (1992) ressalta que a estrutura privilegiava a circulação, a iluminação natural e a funcionalidade, elementos essenciais para uma biblioteca que se pretendia modelo para o país.

A disposição espacial favorecia o acesso livre às estantes, prática inovadora para a época no Brasil, rompendo com o modelo tradicional de bibliotecas fechadas. Como aponta Lessa (2005, p. 56), essa mudança paradigmática “inscrevia-se no movimento internacional de bibliotecas públicas modernas, orientadas pelos princípios do livre acesso e da função educativa”. No fim das contas, a nova sede, com seus 4.500 m<sup>2</sup> distribuídos em quatro pavimentos, permitiu a implementação de serviços modernos e a ampliação significativa do acervo.

## **6 A ERA SÉRGIO MILLIET E A EXPANSÃO CULTURAL (1943-1959)**

Em 1943, o poeta Sérgio Milliet<sup>6</sup> assume a direção da Biblioteca, cargo no qual permaneceria até 1959. Durante sua gestão, inserida no contexto de efervescência cultural que marcou a década de 1940 na cidade de São Paulo, a Biblioteca Municipal amplia sua atuação didática e passa a seguir critérios mais amplos em sua política de aquisição e ampliação de acervo.

---

<sup>6</sup> Sérgio Milliet da Costa e Silva foi um escritor, pintor, poeta, ensaísta, crítico de arte e de literatura, sociólogo e tradutor brasileiro.

A gestão Milliet marca uma inflexão na história da instituição, expandindo suas funções para além da preservação e consulta de livros. Milliet firma acordos de cooperação com a Biblioteca Nacional de Paris e cria a Seção de Artes. Ainda em 1943, a biblioteca começa a publicar regularmente seu Boletim Bibliográfico.

Conforme destaca Prado (2017), a atuação de Milliet caracterizou-se pela visão humanista e pela compreensão da biblioteca como espaço de formação cultural, não apenas como depósito de livros, promovendo atividades culturais diversificadas, exposições, palestras e cursos que transformaram a instituição em importante polo de difusão artística e literária na cidade.

De acordo com Martins (2002), a gestão millietiana foi marcada também pela preocupação com a formação profissional dos bibliotecários, pela valorização do servidor público e pela implementação de padrões técnicos internacionais de catalogação e classificação, consolidando a Biblioteca Municipal como referência nacional em gestão bibliotecária e estabelecendo bases que influenciariam as políticas públicas de leitura nas décadas seguintes.

Segundo Nogueira (1983), Milliet implementou reformas administrativas significativas, reorganizou o acervo segundo critérios biblioteconômicos modernos, ampliou os serviços de referência e promoveu a descentralização do sistema bibliotecário municipal através da criação de bibliotecas de bairro, democratizando o acesso à leitura e à informação.

Estas iniciativas evidenciam a compreensão de que a biblioteca pública deve assumir papel ativo na produção e circulação do conhecimento, não se limitando à função de depositária passiva de informações. A criação de publicações próprias - importante ressaltar - estabelece um canal de diálogo com a comunidade intelectual e promove a reflexão sobre questões biblioteconômicas e culturais.

## **7 A MUDANÇA DO NOME: CONTEXTO E MOTIVAÇÕES**

Em 1959, encerra-se a administração de Sérgio Milliet. A nova administração inicia-se com a mudança oficial do nome, em 1960, quando a biblioteca passou a denominar-se oficialmente "Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade". Esta decisão foi formalizada em 15 de fevereiro de 1960, estabelecendo a denominação que perdura até os dias atuais.

À época da mudança, o diretor da biblioteca era Francisco José Azevedo, bibliotecário formado na Escola da Prefeitura, que havia sido chefe da Seção Circulante<sup>7</sup> antes de assumir a direção da biblioteca. Azevedo representava a continuidade da tradição técnica e profissional estabelecida por seus predecessores, mantendo os padrões de excelência que caracterizavam a instituição.

A escolha do nome de Mário de Andrade para a biblioteca não foi casual. Quinze anos após a morte do escritor, ocorrida em 1945, a municipalidade paulistana reconhecia oficialmente a importância de sua contribuição para a cultura da cidade. A homenagem refletia não apenas o reconhecimento de sua obra literária, mas principalmente de seu papel como gestor cultural e idealizador de políticas públicas para a área.

Importante salientar que a escolha de Mário de Andrade como patrono da biblioteca municipal justifica-se não somente por sua condição de paulistano nato, mas por sua profunda identificação com a cidade, expressa tanto em sua obra literária quanto em sua atuação como intelectual público.

Além de sua produção literária e ensaística, Mário de Andrade destacou-se na elaboração de políticas culturais sistemáticas no Brasil. Sua atuação frente ao Departamento de Cultura entre 1935 e 1938 estabeleceu metodologias inovadoras para a gestão cultural, incluindo a valorização das bibliotecas públicas como instrumentos de democratização do conhecimento.

A visão de Andrade sobre a função social das bibliotecas alinhava-se perfeitamente com os objetivos da instituição. Ele sempre defendeu que a arte e a cultura deveriam ser "um bem comum", princípio que orientou tanto suas políticas como diretor do Departamento de Cultura quanto sua produção intelectual.

A gestão de Francisco José Azevedo terminou em 1964, ano do golpe militar que implantaria no Brasil 21 anos de ditadura.

## **8 TEMPOS DIFÍCEIS: RESISTÊNCIA E SUPERAÇÃO**

O golpe civil-militar trouxe consigo mecanismos de controle ideológico que atingiram diversas instituições culturais. Como observa Reimão (2011), bibliotecas

---

<sup>7</sup> Seção circulante é denominação que se dá à parte do acervo de uma biblioteca que está disponível para empréstimo aos usuários. Isto porque há obras que são restritas a consulta local e não podem ser retiradas da biblioteca.

públicas tornaram-se alvos de vigilância, uma vez que eram consideradas espaços potencialmente subversivos de circulação de ideias contrárias ao regime.

Conforme documenta Machado (2014), bibliotecários foram perseguidos, monitorados e, em alguns casos, destituídos de seus cargos quando identificados como simpatizantes de movimentos de esquerda ou quando se recusavam a colaborar com a remoção de obras proscritas, configurando um ambiente de vigilância constante que comprometia a autonomia profissional e o livre acesso à informação.

Oliveira (2016) destaca que o Decreto-Lei n.º 1.077 de 1970, que institucionalizou a censura prévia, afetou diretamente as bibliotecas públicas ao estabelecer listas de livros proibidos que deveriam ser retirados de circulação, transformando essas instituições, tradicionalmente concebidas como espaços democráticos de acesso ao conhecimento, em alvos de controle ideológico e instrumentos de legitimação do projeto político-cultural do regime militar.

A BMA enfrentou pressões relacionadas ao controle de seu acervo bibliográfico. Isto porque a censura não se limitava a cercear a produção editorial, mas estendia severa vigilância às bibliotecas, que precisavam lidar com listas de obras consideradas "subversivas" pelo regime, conforme advoga Reimão (2011).

Autores marxistas, livros sobre movimentos sociais e publicações consideradas "comunistas" eram frequentemente objeto de fiscalização. Schwarcz (2017) destaca que instituições culturais paulistas, incluindo bibliotecas municipais, viveram sob constante vigilância dos órgãos de repressão.

A Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e outros órgãos de controle estabeleceram mecanismos para monitorar bibliotecas públicas. Conforme aponta Stephanou (2001), bibliotecários enfrentavam o dilema entre cumprir determinações oficiais e preservar a integridade intelectual de seus acervos. O constante cerceamento e a ameaça de atitudes violentas resultaram no enfraquecimento de vários polos de cultura. Com a BMA não foi diferente. Não há como negar que foram tempos difíceis e houve um retrocesso institucional.

Entretanto, mesmo passando por diversas dificuldades, os anos de chumbo e a subsequente abertura foram momentos que solidificaram a instituição como polo disseminador de cultura.

## **9 CONSOLIDAÇÃO COMO CENTRO CULTURAL NO PÓS-DITADURA**

Nos anos 1980, com a abertura política gradual e o fim da censura, vertentes ideológicas e culturais diversas obtiveram, gradualmente, o direito de existir e isso começou a trazer tranquilidade para as bibliotecas, que puderam, enfim, exercer sua função sem perseguição. Evidentemente, este processo de abertura não se deu de um dia ao outro.

Skidmore (1988) ressalta que a transição brasileira teve caráter pactuado entre as elites civis e militares, evitando rupturas bruscas com o regime ditatorial.

Kinzo (2001) corrobora ao afirmar que esse período foi conduzido de forma lenta e negociada, iniciando-se com o governo Geisel (1974-1979) por meio da política de "distensão lenta, gradual e segura".

No período em que Luiza Erundina foi prefeita (1989-1993), a filósofa Marilena Chauí comandou a Secretaria Municipal de Cultura. Durante sua gestão, a BMA realizou algumas melhorias no edifício principal, implementando sistemas contra incêndios e climatização central, além de pequenas reformas nas áreas públicas do térreo. As obras, contudo, foram interrompidas quando terminou o mandato de Erundina, permanecendo incompletas durante muito tempo.

As últimas décadas testemunham significativa renovação na concepção e funcionamento da BMA. A Secretaria de Cultura de São Paulo passou-lhe a destinar um orçamento próprio e criou a supervisão de Ação Cultural, que coordena as atividades dentro e fora do espaço.

Esta reestruturação administrativa reflete nova compreensão do papel da biblioteca pública, que deve articular preservação patrimonial, atendimento ao público e ação cultural. Atualmente são desenvolvidas atividades como contação de histórias aos fins de semana e mediação de leituras às quartas-feiras, demonstrando preocupação em diversificar o público e tornar o espaço mais acessível e acolhedor. A biblioteca também recebe eventos e programações culturais especiais, como a Feira Míolos, feira de arte gráfica, evidenciando sua capacidade de dialogar com manifestações culturais contemporâneas e servir como plataforma para novos criadores.

A BMA, por meio de atividades de mediação de leitura e programação cultural, contribui para a formação de leitores críticos capazes de estabelecer relações entre textos e contextos, entre conhecimento livresco e experiência vivida.

A biblioteca funciona, neste sentido, como espaço de "educação não-formal" (GOHN, 2006), complementando e ampliando as possibilidades oferecidas pela escola formal. Sua programação diversificada atende diferentes perfis de usuários, desde crianças em processo de alfabetização até pesquisadores especializados. Além da função educativa, a BMA desempenha papel crucial na preservação da memória cultural brasileira. Seu acervo de obras raras, periódicos históricos e documentação sobre São Paulo constitui patrimônio inestimável para a compreensão da formação social e cultural do país.

Esta função patrimonial articula-se com a dimensão educativa na medida em que permite às novas gerações o acesso às produções culturais do passado, estabelecendo continuidade histórica e facilitando o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a trajetória nacional.

## 10 ERA DIGITAL E NOVAS DEMANDAS

A revolução digital impôs e impõe novos desafios às bibliotecas públicas, que precisam adaptar-se às transformações nos hábitos de leitura e às novas formas de acesso à informação. Como postula Cunha (2010), a biblioteca contemporânea deve articular recursos tradicionais (livro impresso, atendimento presencial) com tecnologias digitais, oferecendo experiências híbridas de aprendizagem.

A BMA tem enfrentado este desafio mediante a digitalização de parte de seu acervo e da oferta de serviços *online*, mantendo, simultaneamente, seu compromisso com o atendimento presencial e a promoção do livro físico como suporte de leitura.

Segundo Sayão (2010), a digitalização não apenas garante a preservação de documentos físicos deterioráveis pelo tempo, mas também amplia exponencialmente as possibilidades de acesso remoto e simultâneo aos materiais bibliográficos, superando barreiras geográficas e temporais que historicamente limitavam o alcance das bibliotecas tradicionais.

Márdero Arellano (2004) enfatiza que a digitalização representa uma resposta às necessidades de preservação a longo prazo, uma vez que cria cópias de segurança de documentos raros e frágeis, reduzindo o manuseio dos originais e garantindo a transmissão do patrimônio documental às gerações futuras,

consolidando assim o papel das bibliotecas públicas como instituições essenciais para a memória coletiva e o desenvolvimento social.

Cunha e McCarthy (2006) ressaltam que a conversão de acervos analógicos para formatos digitais permite a implementação de recursos avançados de busca e recuperação da informação, facilitando a pesquisa acadêmica e promovendo a inclusão digital de comunidades historicamente marginalizadas do acesso ao conhecimento.

A manutenção de uma biblioteca do porte da BMA exige recursos significativos e constantes. O desafio da sustentabilidade financeira articula-se com questões mais amplas sobre o papel do Estado no financiamento da cultura e a necessidade de diversificar fontes de recursos por meio de parcerias público-privadas e captação de recursos.

A BMA é, hoje, a maior biblioteca pública da cidade de São Paulo e a segunda maior biblioteca pública do país, superada apenas pela Biblioteca Nacional. Este crescimento quantitativo acompanha-se de diversificação qualitativa, com a criação de seções especializadas e ampliação dos serviços oferecidos.

## **11 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória centenária da Biblioteca Mário de Andrade evidencia o papel fundamental das bibliotecas públicas na democratização do acesso ao conhecimento e na formação de cidadãos críticos e participativos. Sua evolução, desde biblioteca municipal tradicional até centro cultural dinâmico, reflete as transformações sociais e culturais do país, ao mesmo tempo em que contribui ativamente para essas mudanças.

Respondendo ao questionamento fundante que norteou a presente pesquisa, as contribuições da BMA foram muitas e significativas. Como a segunda maior biblioteca do país, com um acervo superior a 3,5 milhões de itens, ela democratiza o acesso ao conhecimento para milhares de paulistanos diariamente. Sua contribuição vai além dos livros: oferece programação cultural gratuita, incluindo exposições, palestras, oficinas e atividades para todas as faixas etárias. Além disso, a biblioteca preserva coleções raras e especiais, incluindo manuscritos, obras de arte e documentos históricos que constituem memória viva da cultura brasileira.

A Biblioteca Mário de Andrade também funciona como referência nacional em gestão bibliotecária e políticas de acesso à informação. Seu papel transcende o municipal ao servir de modelo para outras instituições do país, compartilhando práticas inovadoras de catalogação, preservação e atendimento ao público.

A biblioteca mantém viva a memória do escritor modernista que lhe empresta o nome, promovendo a literatura brasileira e a pesquisa acadêmica através de seu rico acervo de obras nacionais. Além disso, ao oferecer acesso gratuito à internet, espaços de estudo e recursos digitais, a instituição combate a desigualdade informacional, permitindo que pessoas de todas as classes sociais possam estudar, pesquisar e se desenvolver intelectualmente, contribuindo assim para a formação de uma sociedade mais justa e educada.

A experiência da BMA confirma a tese de que a leitura, quando democraticamente acessível, constitui instrumento poderoso de emancipação social e construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Sua programação diversificada, seu acervo abrangente e sua localização estratégica no centro de São Paulo fazem dela um laboratório privilegiado para compreender as potencialidades e desafios das bibliotecas públicas no século XXI.

Os desafios contemporâneos - revolução digital, demandas por inclusão social, questões de sustentabilidade - exigem renovação constante das práticas bibliotecárias, sem perder de vista os princípios fundamentais que orientaram sua criação: democratização cultural, formação crítica e preservação da memória coletiva.

A BMA representa, assim, exemplo emblemático de como as instituições culturais podem funcionar como agentes de transformação social, promovendo não apenas o acesso à informação, mas também a formação de sujeitos críticos capazes de compreender e transformar sua realidade. Sua história centenária oferece lições valiosas para todos aqueles interessados na construção de uma sociedade mais democrática, justa e esclarecida.

O futuro da BMA, e das bibliotecas públicas, em geral, dependerá de sua capacidade de reinventar-se continuamente, mantendo fidelidade aos seus princípios fundadores enquanto se adapta às novas demandas sociais e tecnológicas. Neste processo, a leitura permanece como eixo central, não apenas como habilidade técnica, mas como prática social transformadora capaz de



promover a emancipação humana e a construção de uma sociedade verdadeiramente digna.

## Referências

- ABDANUR, E. F. **Os "ilustrados" e a política cultural em São Paulo: o Departamento de Cultura na gestão Mário de Andrade (1935-1938)**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Seção 1, p. 59.
- CAMPOS, C. M. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Senac, 2002.
- CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CUNHA, M. B. da. **A biblioteca universitária na encruzilhada**. DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação, v. 11, n. 6, dez. 2010.
- CUNHA, M. B.; MCCARTHY, C. A. **Digitalização de acervos: estudos de caso**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- DUARTE, P. **Mário de Andrade por ele mesmo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1985.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27–38, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYdfQ/?lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2024.
- KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001.
- LAFETÁ, J. L. **1930: a crítica e o modernismo**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

LESSA, M. L. **Bibliotecas públicas no Brasil: princípios e diretrizes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MACHADO, E. C. **Bibliotecas e censura no Brasil: aspectos da atuação dos bibliotecários em tempos de autoritarismo**. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 53-75, set. 2014.

MÁRDERO ARELLANO, M. A. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004.

MARTINS, W. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008.

NEEDELL, J. D. **Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOGUEIRA, M. A. **Sérgio Milliet e o ideal de uma biblioteca pública**. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 41, p. 11-24, 1983.

OLIVEIRA, M. A. **Políticas públicas de informação e bibliotecas no regime militar brasileiro**. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 103-126, jan./mar. 2016.

PRADO, A. L. Sérgio Milliet: memória e política cultural em São Paulo. In: DUARTE, P. (Org.). **Mário de Andrade por ele mesmo**. 2. ed. São Paulo: Educ; Hucitec, 2017. p. 145-168.

RAFFAINI, P. T. **Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo: Humanitas, 2001.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2011.

SANTOS, C. M. C.; PIMENTA, C. A. M.; NOBRE, M. R. C. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 3, p. 508-511, maio/jun. 2007.

SAYÃO, L. F. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 15, n. 30, p. 1-31, 2010.

---

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TOLEDO, B. L. **São Paulo: três cidades em um século**. 4. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.